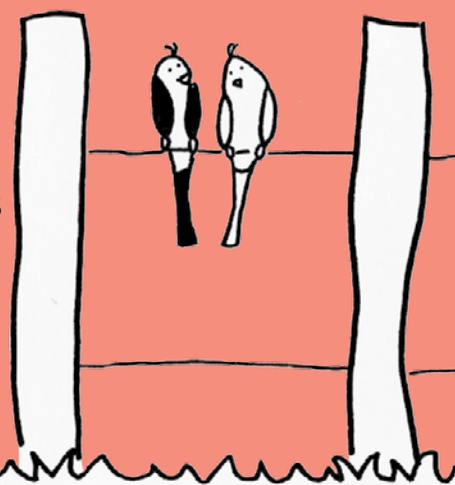


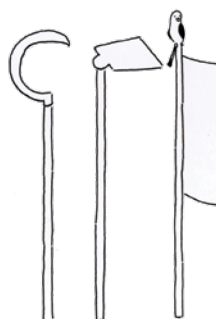
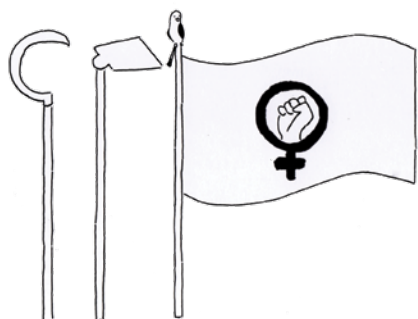
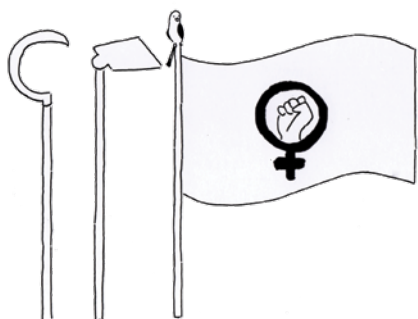
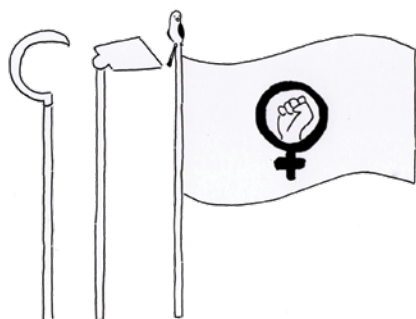
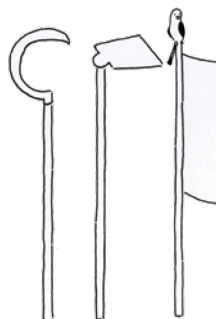
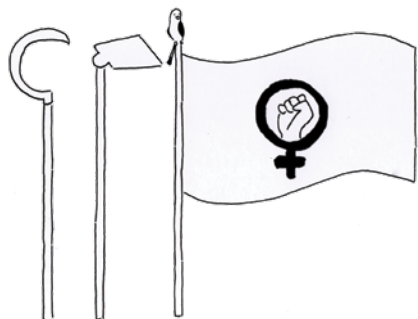
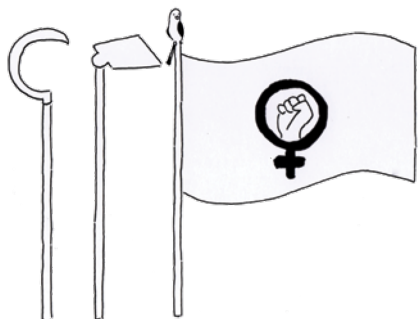
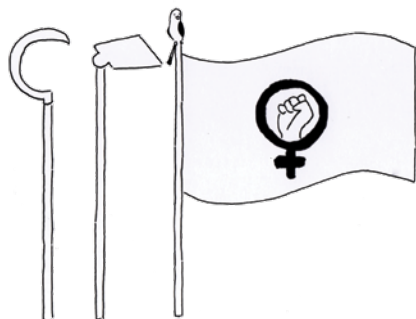
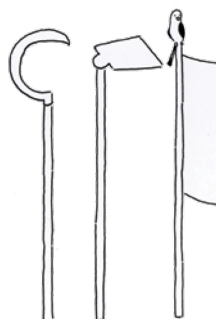
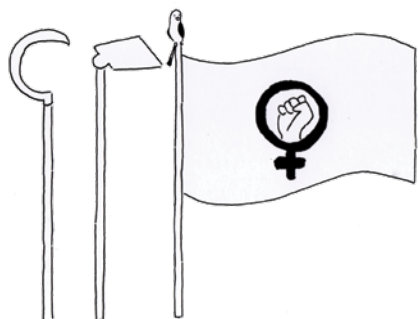
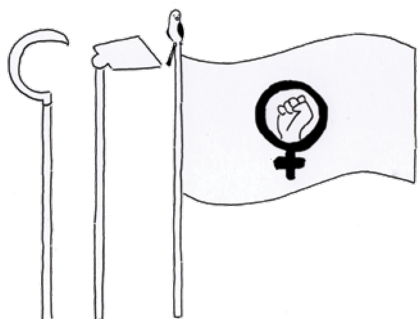
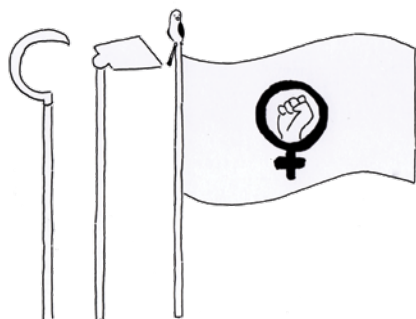
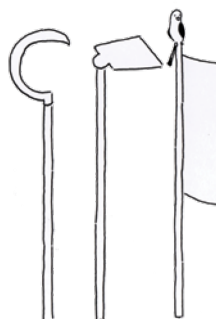
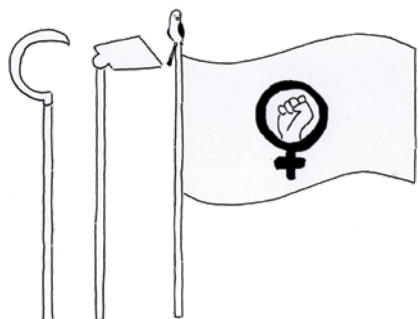
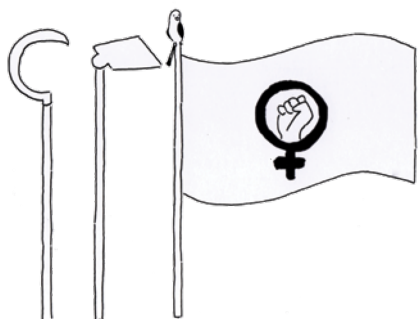
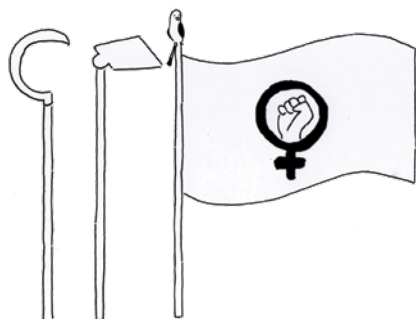
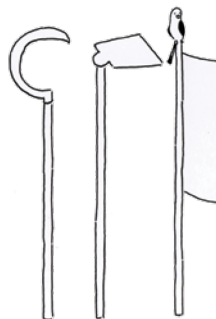
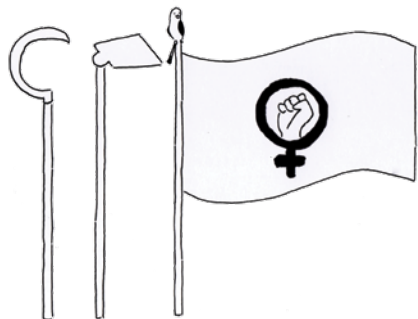
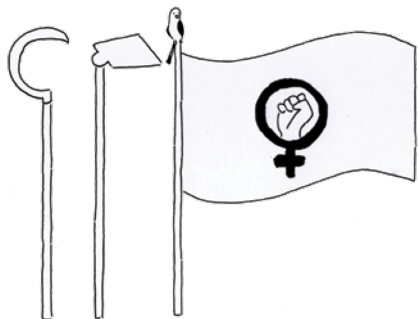
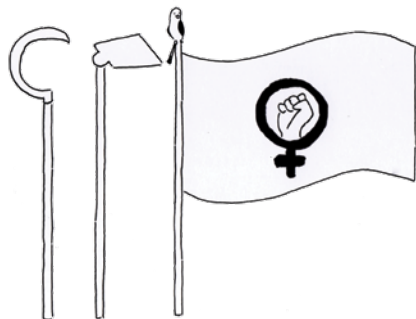
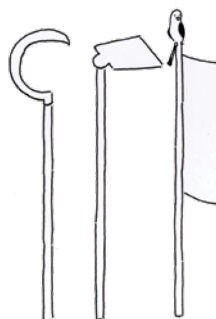
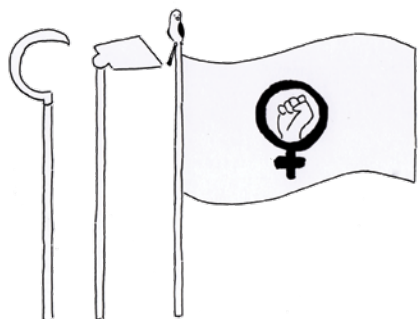
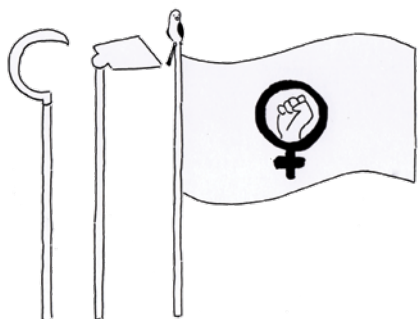
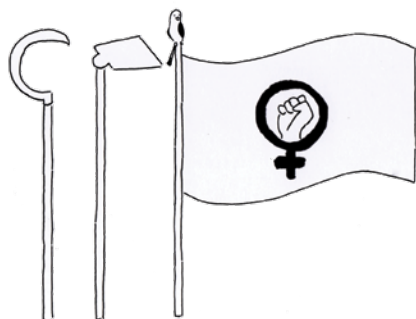
**Coletivo Nacional de Gênero
do Movimento dos Pequenos Agricultores**

QUESTÃO AGRÁRIA e a LUTA das MULHERES

———— **Cartilha 6** ————

MPA
Movimento dos Pequenos Agricultores





**Coletivo Nacional de Gênero
do Movimento dos Pequenos Agricultores**

QUESTÃO AGRÁRIA e a LUTA das MULHERES

———— **Cartilha 6** ————

MPA
Movimento dos Pequenos Agricultores



O MPA, através do Coletivo Nacional de Gênero, vem dando passos na construção de um grande desafio coletivo que é o de construir um **Plano estratégico de ação feminista nacional do movimento**, a partir dos eixos de articulação, formação, produção e abastecimento e incidência política nacional dentro de um diálogo processual, orgânico e pedagógico das instâncias até os territórios onde a vida camponesa pulsa. Esta construção inicial se coloca como um desafio e, ao mesmo tempo, um passo essencial para o próximo ano, para o avanço do movimento na atual conjuntura brasileira de crises e agravamento dos problemas estruturais aqui enfrentados.

Dentro da construção deste plano de ação, a formação e a discussão na base camponesa do MPA aparece como um elemento fundamental para pensar a relação do nosso cotidiano com a construção estratégica da nossa organização. Fruto desse objetivo, o Coletivo Nacional de Gênero tem publicado seis cartilhas de formação em **Feminismo Camponês e Popular**, articulando as várias dimensões desta construção.

Você tem em suas mãos a sexta cartilha intitulada **Questão Agrária e a Luta das Mulheres**. Por tudo isto, convidamos nossa base camponesa a fazer leituras, debates e contribuições de forma compartilhada desde os nossos territórios, grupos de base e instâncias e se somar conosco neste pensar e construir nossos territórios camponeses, estratégias para o poder popular e a luta feminista.

Boa leitura e bom estudo!

Coletivo Nacional de Gênero
MPA Brasil

**PASSOS da
CAMINHADA:
A construção
das
CARTILHAS
ANTERIORES**

A primeira cartilha trouxe a temática do alimento. Analisou a trajetória da fome no Brasil e apontou a necessidade do olhar a partir das mulheres e das construções coletivas do MPA. Nessa perspectiva coletiva, a agroecologia, desde o feminismo camponês e popular, é o que permitirá avançar na construção da soberania alimentar.

A segunda construção refere a cartilha da estratégia e poder popular e reafirmou a necessidade da auto-organização das mulheres para dar visibilidade às nossas lutas e também denunciar as injustiças, desde o sistema capitalista, racista e patriarcal. Reafirmamos o poder popular que articula a autonomia e a soberania com a luta e a construção do projeto popular para o Brasil.

A terceira cartilha trata da temática Território, Corpo e Violência. Aqui refletimos sobre as várias formas de invasão e violações de nossos territórios (corpo, terra, identidade, cultura) e afirmamos nosso compromisso de seguirmos irmanadas na construção do poder popular, que brota, principalmente, da unidade de forças políticas e conscientes da classe trabalhadora que somos, desde nossos territórios. Seguimos em luta contra todas as formas de violência.

A quarta Cartilha contempla a saúde camponesa. Primeiramente traz a principal estratégia do sistema capitalista que é gerar a fome e a exploração sobre a classe trabalhadora, afastando o povo da comida. Contudo, o sistema que explora não é capaz de tirar as forças de um povo que resiste, se organiza e luta. Foi com luta que nasceu o nosso SUS, assim como as práticas de saúde popular que defendemos, pois são parte de nossa identidade e praticadas desde as nossas comunidades. Reafirmar a saúde popular, além de contribuir com a soberania nacional, é estratégia política para a luta de classes, pois defende um povo bem alimentado e com saúde.

Pensar a luta da classe trabalhadora nos impõem compreendermos, também, que nossa classe não é homogênea e esse é o desafio da penúltima cartilha (quinta). Essa, reflete sobre a diversidade camponesa e a questão étnico/racial, cujas desigualdades são estruturantes, conjuntamente ao desigual acesso à terra. Combater o racismo e o machismo dentro da luta de classes, na sociedade brasileira, é combater as desigualdades e injustiças que estruturam as relações nesse país. Atentamos para o povo quilombola e povos originários dessa terra que ao lutarem por terra, lutam também por liberdade.



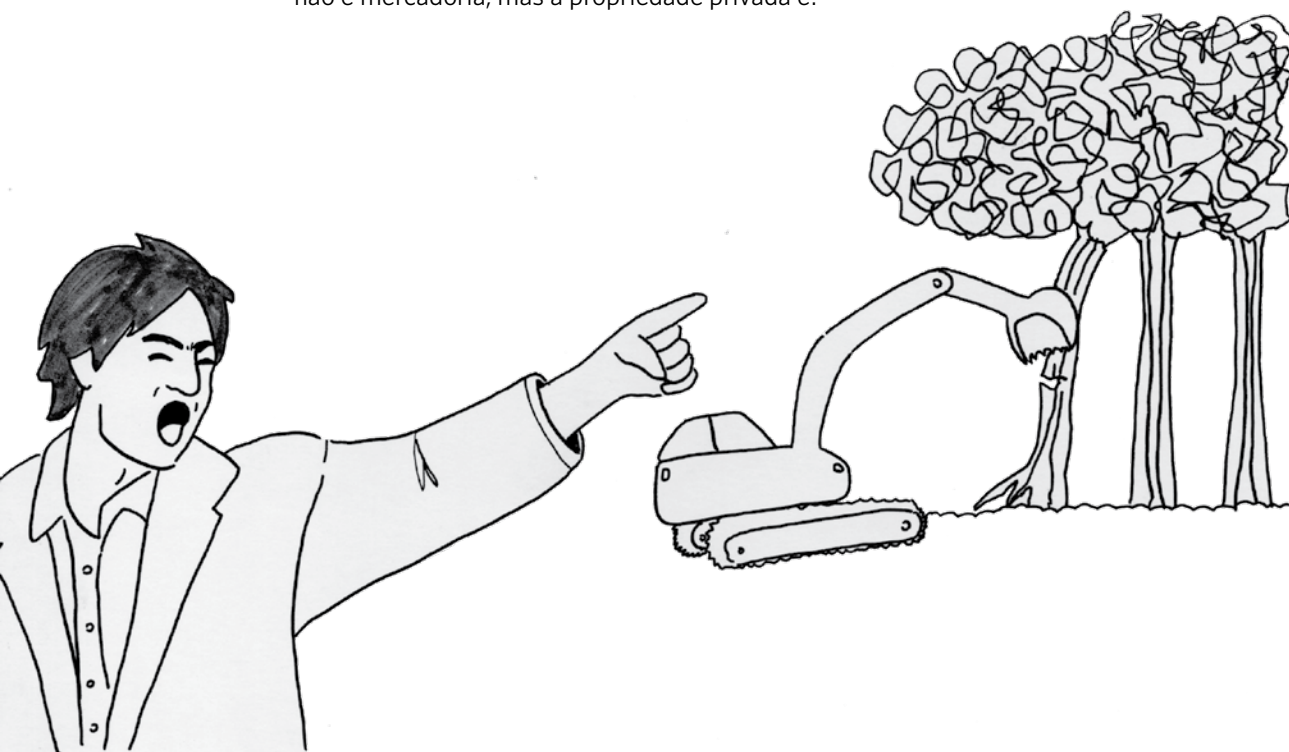
A TERRA como estrutura da acumulação do CAPITAL

O Brasil assentou-se em uma estrutura de exploração e de expropriação nos moldes do sistema capitalista neoliberal, chancelando as desigualdades sociais nos territórios rurais e urbanos. Ao inserir-se de forma subordinada no capitalismo internacional, colocou o destino do povo para ser determinado por interesses externos e internos (burguesia nacional), que submete seu povo à intensa exploração, em níveis que não garantem a reprodução da vida do trabalhador e da trabalhadora. Ao medirmos a dinâmica do capital com a questão agrária nas economias dependentes, visibilizamos as raízes daquilo que foi negado ao povo pobre, negro, aos povos originários e às mulheres, desde o Brasil colônia, a terra.

A terra nos territórios que hoje chamamos Brasil foi invadida e tomada por meio do massacre e escravização dos povos originários pelos colonizadores europeus, para ser explorada e expropriada de suas riquezas e recursos naturais. A coroa de Portugal estabelece o regime de Sesmarias distribuindo terras “ociosas” aos homens que possuíam ligação direta com a monarquia portuguesa para serem ocupadas, como se essas fossem inabitadas. Mais adiante na história, a Lei de Terras de 1850 consolida de vez o acesso apenas a elite branca burguesa, para mais de 30 anos depois, com o fim oficial da escravidão pela Lei Áurea, o latifúndio já ter garantido a mão de obra substituta do trabalho escravo nas lavouras. A Lei de Terras sentenciou homens e mulheres, camponeses/as, ex escravizados/as e sem terras, a trabalharem em condições sub-humanas nas fazendas dos ex-senhores/as de escravos/as ou irem para cidades para viverem em cortiços e sobreviverem de subempregos em condições miseráveis.

A veracidade do Brasil ter sido colônia não justifica a dependência, não desdobra para esse caminho. No entanto, impacta no desenvolvimento dos países centrais, que se tornaram condicionantes nas relações pelo poder político que conformou a apropriação privada das terras para uma minoria branca e hegemônica, alicerçando as desigualdades sociais, raciais e de gênero que conformam as desigualdades que passa a classe trabalhadora pobre.

A terra é elemento central nas economias dependentes para acumulação do capital, e o Brasil é o país de maior área agricultável do mundo. Assim sendo, o setor primário tem na terra sua fonte de recursos naturais e é a partir dela que se inicia a exploração interna e internacional pelo capital, que avança sobre a totalidade da classe trabalhadora. A terra não é mercadoria, mas a propriedade privada é!

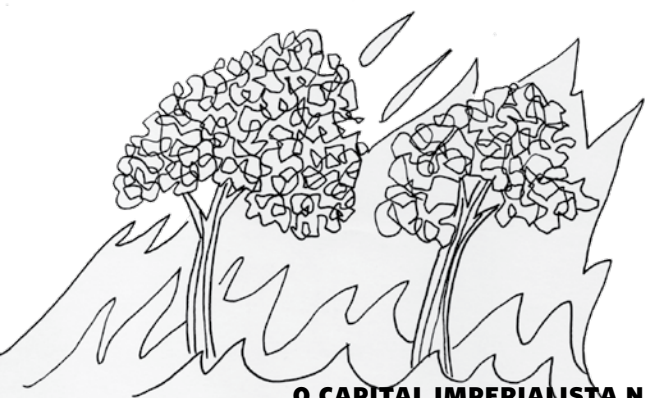


A tomada das terras da América Latina expande o processo de pilhagem, de centralização e de acumulação, ocasionando um processo de destruição e de genocídio. Não apenas a terra foi tomada, mas os povos, suas identidades, sua cultura, seus modos de produção foram destruídos. Não há superação do velho imperialismo, não há nada de novo ou de neo abaixo do deus mercado, senão a “superacumulação de capital” de maneira cada vez mais acirrada sobre as formas não capitalistas de pilhagem¹ e de superexploração da força de trabalho. (CHIMINI, 2021, p. 71).

A perversidade desse sistema, associada ao estado, recai sobre o rural brasileiro e aumenta suas ondas na medida em que avança sobre as cidades, chegando com mais força nas periferias; vai deixando um rastro de destruição. A fome no mundo, a falta de alimentos, a falta de água potável, a destruição ambiental, o aquecimento global, a pandemia do Coronavírus e outros fatores dialogam, diretamente, com o campesinato, na sua missão de produzir alimentos de forma agroecológica, na defesa da terra para agricultura camponesa familiar, na prioridade da produção de alimentos para a soberania alimentar. (CHIMINI, 2021, p. 179)

A cada nova “crise” do capital, são acirradas as formas de exploração e absolutamente tudo se transforma em mercadoria. Porém, a terra, na América Latina, tem condição elementar para a constituição do capitalismo global e estrutural, que tem a fome como causa e consequência da sociedade capitalista. Afastar o povo da produção de alimentos é estratégico para a finalidade de acumulação de mais capital e isso passa pela ausência de políticas públicas de incentivo da produção familiar camponesa, mas, primeiramente, pelo cercamento das terras e das águas. As mãos camponesas fazem brotar alimento da terra. Falar da fome, atentando para o êxodo rural, não expõe apenas a inclusão do campesinato na engrenagem do capital, mas de toda a classe trabalhadora.

¹ As formas não capitalistas de pilhagem, segundo Smith (2017) se relaciona com outras formas de exploração que extrapolam a extração de mais-valia do trabalho assalariado, essas se referem do “confisco da propriedade comunal à privatização do bem-estar, que surgem da usurpação do capital sobre os bens comuns, sejam de propriedade pública ou de natureza primitiva”. (SMITH, 2017, p. 114-115).



O CAPITAL IMPERIALISTA NAS NOSSAS TERRAS E TERRITÓRIOS



“O Brasil não é soberano, pois o capital imperialista aliado à burguesia entreguista tira a autonomia da nação. A industrialização do Brasil foi feita com a sucata do capital internacional. Na lógica de um país subdesenvolvido de economia dependente, quanto mais industrializado mais dependente ficamos. Sem autonomia não há soberania nacional”

TRECHO DE ANÁLISE DE CONJUNTURA ELABORADA PELAS MULHERES PARA OS ENCONTROS POR GRANDES REGIÕES



A Revolução Verde foi o mecanismo utilizado pelo capital imperialista para adentrar, com articulação do Estado e burguesia agrária, nos territórios rurais. A subsistência dá lugar à monocultura, as sementes crioulas e/ou tradicionais perdem espaço para sementes híbridas e transgênicas, o conhecimento milenar dos camponeses e camponesas é considerado atrasado e a característica talvez a mais marcantes desse processo é que, para iniciar a produção, é necessário endividar-se para a aquisição dos insumos e dos maquinários necessários para a intensificação da produção agrícola. Esses insumos e maquinários foram denominados de “pacotes tecnológicos”, termo que não foi utilizado aleatoriamente. O seu contraponto remete ao atrasado que, por sua vez, designa tudo o que esteja relacionado com a própria agricultura camponesa. (CHIMINI, 2021, p. 35)

As safras recordes e lucros aviltantes do agronegócio se contrapõem com a pouca qualidade de vida e à situação econômica e social das famílias que produzem e que sofrem as consequências do modo de produção imposto pelas transnacionais nos territórios, nas diferentes formas que o capital se apresenta, seja, por exemplo, pelas transnacionais do tabaco, pelas transnacionais da mineração, pela grilagem de terras, pela produção integrada de aves ou suínos, pelas transnacionais de energia, do leite, da água, do eucalipto, entre outros. Há vários rostos do capital nos territórios em que vivemos e trabalhamos. O que chamam de sistemas integrados de produção, os camponeses e camponesas chamam de produção “entregada”, visto não terem controle sobre o preço daquilo que eles mesmos produzem.

As mudanças, que vieram de fora do campesinato, foram amplamente defendidas sob o argumento de contribuir para o fim da fome, visto que acarretaria o aumento da produção. Como resultado, temos a monocultura incentivada em detrimento à produção diversificada e o que era alimento foi alçado à categoria de mercadoria, a miséria aumentou.

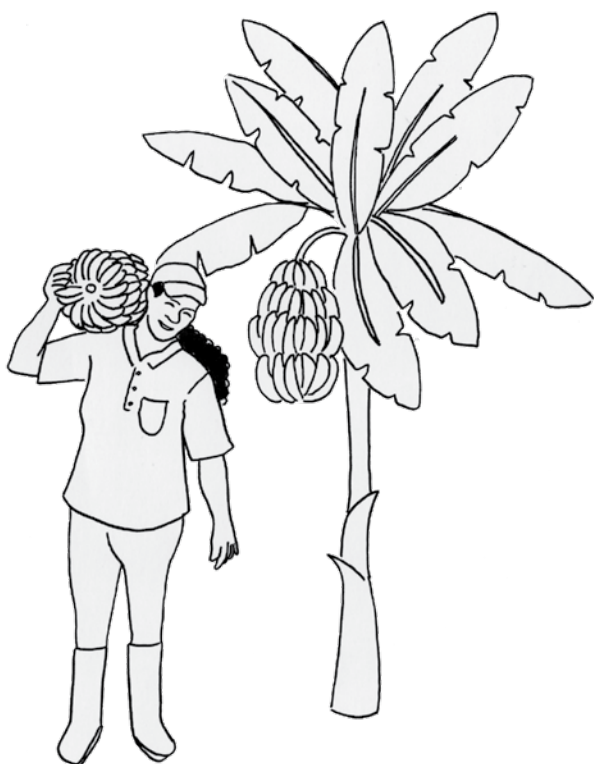
A TERRA como estrutura da REPRODUÇÃO₅ da VIDA

Se, para o capital a terra é central para acumulação, para o campesinato a terra é central para reprodução da vida, em todos os segmentos em que ela ocorre, a terra, como nos ensinou Karl Marx, “é a condição de trabalho que tudo engloba” (MARX, 1980, p. 910). Não é possível a produção de alimentos sem a terra.

O campesinato sem a terra não produz alimentos e, ao longo dos anos, cada vez mais, ocorre o negligenciamento da produção de alimentos para o povo brasileiro, que vê ameaçada a sua soberania alimentar, considerada, aqui, na sua totalidade. Para materializar a soberania alimentar, categoria e prática que defendemos, são necessárias condições materiais que fomentem formas autônomas de produção que garantam o alimento para o povo brasileiro, mas também matrizes energéticas sustentáveis, com a recuperação de nascentes dos rios, com acesso à água em todos os lares e roças, as sementes e mudas, à terra no território, em uma relação direta com as soberanias: alimentar, energética, genética, hídrica e territorial.

A circulação da produção camponesa não ocorre fora do sistema capitalista, mas atuamos na resistência, causando fissuras e denunciando as contradições e injustiças e, principalmente, aproximando o povo da comida, tirando cada vez mais o capital e seus atravessadores do processo. Produzir alimentos agroecológicos implica disputar o poder econômico e político na perspectiva da soberania nacional, da formação sócio-histórica que expropriou a terra para manter privilégios, mas que deixou nos territórios a marca da luta de classes por melhores condições de vida e de trabalho, que perpassa pelas infraestruturas, por acesso aos serviços básicos, pela educação, pela comunicação, pelo direito ao trabalho e à vida digna e por relações que não sejam atravessadas pelo capital.

Quando desvendamos a estratégia de afastar o povo que produz a comida da terra e o povo (da roça e da cidade) do alimento, desvelamos também a perversidade que engendra a incompatibilidade da fome com a construção de uma sociedade justa e igualitária, no acesso aos bens de produção e aos bens produzidos, principalmente aos alimentos. A fome faz um trabalhador trocar um dia inteiro de trabalho por um prato de comida. Um povo para resistir, lutar e avançar na conquista de direitos precisa estar bem alimentado, com um corpo bem nutrido. Não há corpo saudável que comungue com a fome.







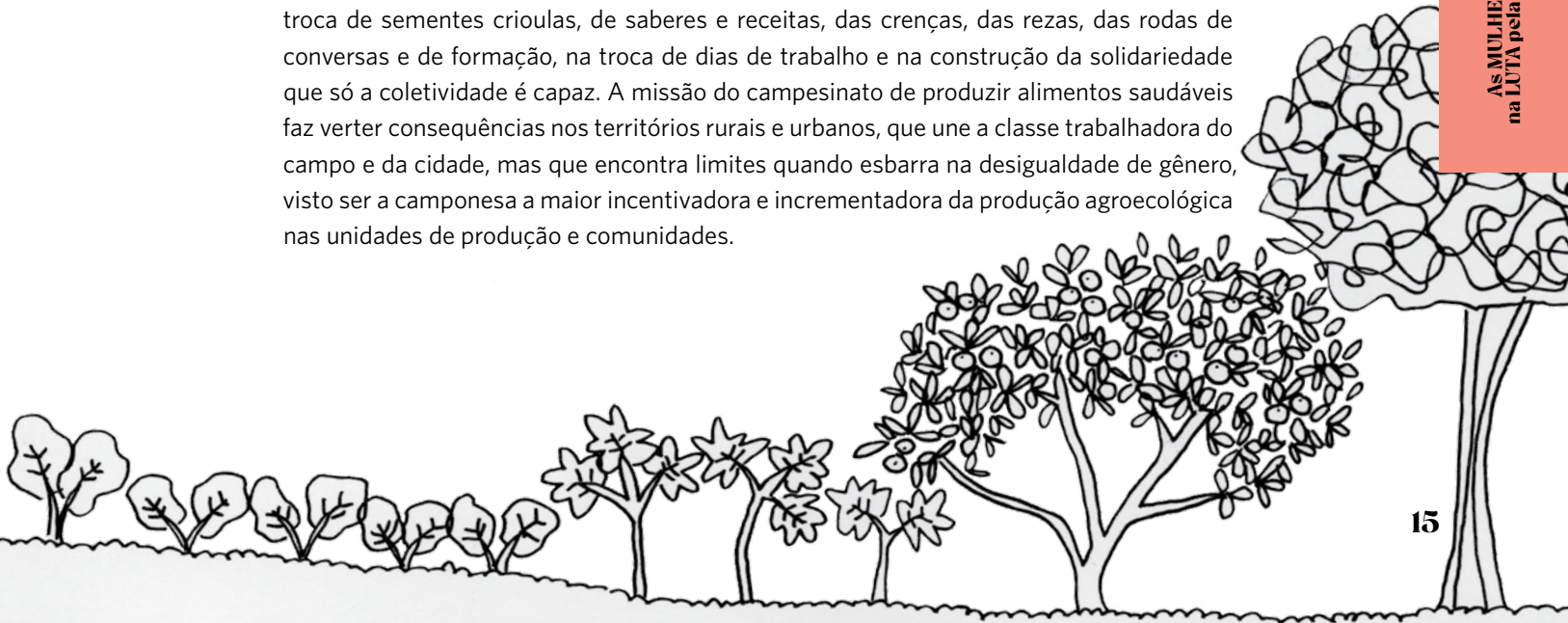
**As MULHERES
na LUTA pela
TERRA**

Na história do Brasil, predominou a visão patriarcal de que a mulher deveria ser representada pelo "chefe de família" e que seu trabalho na agricultura seria "apenas uma ajuda", fez parte da legislação brasileira (Código Civil de 1916). Somente a partir das lutas e com a consolidação da CF/88, que as camponesas passaram a ser consideradas como agentes da produção e isso consolidou suas lutas junto aos movimentos sociais populares do campo. A partir das mudanças legislativas dos anos 80, fruto de muita luta das mulheres, fortalecemos nossa participação nos movimentos sociais camponeses, tendo sempre uma destacada presença nas bases das organizações, porém sem espaço nas instâncias diretivas na qual ainda prevalecia (e prevalece) a concepção de que o trabalho chamado produtivo é encargo masculino, enquanto a mulher é a responsável pelo trabalho reprodutivo, de cuidados. No entanto, nós camponesas criamos espaços próprios que torna possível nos ouvirmos, conspirar, nos encorajar, fortalecer, desenvolver nossos intelectos e levar adiante nossas pautas dentro da luta pela terra. Como nos ensina bell hooks, nosso primeiro grande ato de rebeldia, foi e segue sendo, o de não nos conformarmos, jamais, com o lugar de coadjuvantes da história. Nós avançamos juntas, irmanadas, reconhecendo nossas potências, denunciando e combatendo toda opressão ao lado de nossos camaradas.

O campesinato nasce das velhas estruturas que também forjaram o sistema capitalista; daí partem as contradições que também enfrentamos e que se tornam barreiras para o avanço das organizações coletivas. Romper com a desigualdade de gênero é desfazer as estruturas de exploração e expropriação que foram engendradas para servir ao acúmulo da propriedade privada e do capital no capitalismo, como desvendou Engels (1982).

Para as camponesas é a luta pela terra que permite a superação da invisibilidade social e política imposta historicamente às mulheres, pois possibilita que atuemos para além do espaço privado, impelindo para novas relações sociais, tanto no interior das famílias, quanto ao seu redor. Despertando para o questionamento das próprias condições, levando a questão de gênero para os espaços estratégicos da luta de classes, visto que as demandas de homens e mulheres são diferentes de acordo com condições culturais desses lugares. Schwendler (2015) reforça, utilizando Gramsci (1984) que: "na luta pela terra, elas constroem seus saberes, sua cultura e participam da elaboração de uma cultura contra-hegemônica".

Resistimos e avançamos quando produzimos agroecologicamente, na forma de fazer circular os alimentos pelo campesinato organizado e mobilizado, priorizando cadeias curtas de comercialização e no diálogo diretamente entre produtores e consumidores, na troca de sementes crioulas, de saberes e receitas, das crenças, das rezas, das rodas de conversas e de formação, na troca de dias de trabalho e na construção da solidariedade que só a coletividade é capaz. A missão do campesinato de produzir alimentos saudáveis faz verter consequências nos territórios rurais e urbanos, que une a classe trabalhadora do campo e da cidade, mas que encontra limites quando esbarra na desigualdade de gênero, visto ser a camponesa a maior incentivadora e incrementadora da produção agroecológica nas unidades de produção e comunidades.



Na história do Brasil, quem tem terra tem poder, mas, para o campesinato ter a terra somente não basta, há que relacioná-la com um modo de produção, uma forma de produzir que não tenha como finalidade o lucro a qualquer custo, que é a forma como o capital se relaciona com todos os âmbitos da vida e todos os segmentos da sociedade. Por isso, ratificamos que capital não é o dinheiro em si e sim as relações de poder, de exploração e expropriação. O dinheiro é a forma como o capital se apresenta.

As relações de poder perpassam todos os segmentos da sociedade, inclusive os espaços coletivos de luta. Chauí (2000, p. 89) atenta para as formas que a desigualdade assume, que pode ser pela opressão física e/ou psíquica; na divisão social das classes, essas formas são naturalizadas por um conjunto de práticas que conformam historicamente a exploração material, a discriminação e a dominação, que estruturam a sociedade. Assim sendo, é imprescindível nos espaços organizativos da luta coletiva e popular, que possamos identificar, desnaturalizar e combater as várias expressões da violência que perpassam a vida das mulheres.

Portanto, a luta pela terra e pela liberdade constitui elo inquebrável e forja a resistência histórica das lutas camponesas para organizar, produzir e alimentar, herdadas por nós e construídas por mulheres pretas como Dandara, Zeferina, Luisa Mahin e pelas mulheres indígenas e quilombolas até hoje. No entanto, por muito tempo e ainda hoje nossos nomes foram/são apagados da história e das lutas.

Como nos lembra Bambirra (2013, p. 27) as construções coletivas e organizadas acumulam efeitos “interferindo neles, empenhando-se para acelerar o grande motor da história”. Nesse sentido, reafirmamos que sem feminismo não há agroecologia e que, na medida em que avançamos na compreensão da nossa condição enquanto classe trabalhadora, em um país de economia dependente e cuja história do continente foi construída sobre o escravismo e o genocídio dos povos originários, também afirmamos com força que com o Feminismo, construímos o Socialismo!

Precisamos compreender para intervir, com ações que representem táticas que desafiem em uma sociedade sem as amarras do capital. Como disse a companheira Bambirra (2013): “há uma dependência, mas uma dependência que podemos disputar, resistir e romper com o capitalismo a fim de construir um projeto popular”. São desafios que se colocam para o fortalecimento do campesinato no Brasil, que exigem a participação e o controle social, a superação do conservadorismo, mas, principalmente, exige que nos debrucemos com afinco e compromisso para o fim do machismo e do racismo, elementos estruturantes das desigualdades que afligem a classe trabalhadora. Vamos à LUTA!



PERGUNTAS ORIENTADORAS

A intenção de elaborarmos coletivamente essas cartilhas, falam mais das reflexões que vamos construindo ao longo da caminhada do que a intenção de trazermos respostas para as demandas históricas e materiais. Portanto, ao longo dessa caminhada, vamos elaborando mais perguntas para que, coletivamente, possamos elaborar as respostas, que serão teóricas, mas que dão sentido à nossa práxis de luta revolucionária.

- ① Qual o papel da luta pela terra para a construção do poder popular?
- ② Como a luta das mulheres constrói enfrentamento nos territórios?
- ③ Dentro da necessidade da reprodução do camponinato, qual importância do acesso à terra?
- ④ Hoje, como o imperialismo vem se apropriando das nossas terras e dos territórios?
- ⑤ Atentando para a importância e necessidade da autonomia das mulheres para a construção do feminismo camponês e popular, vamos fazer um exercício de pensar políticas públicas que tenham a mulher como protagonista dos processos de produção de alimentos e renda. Como seriam?
- ⑥ Como resistir e avançar na luta?
- ⑦ Como lutar pela terra e produzir, quando as mulheres não tem a terra?
- ⑧ Como produzir alimentos e construir luta na terra em territórios e corpos aprisionados?

REFERENCIAL TEÓRICO

BAMBIRRA, Vânia. **O Capitalismo Dependente Latino-Americano**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Abramo, 2000.

CHIMINI, Letícia. **Produção e reprodução do capital nas economias dependentes e as implicações na questão agrária**: o acirramento das desigualdades e os processos de resistência do campesinato brasileiro. 232 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) — PUCRS, Porto Alegre, 2021

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HOOKS, Bell. **Feminist theory from margin to center**. Boston: South End Press, 1984.

GRAMSCI, Antonio. **A concepção dialética da história**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da Economia Política. O processo global de produção capitalista. 3. ed. São Paulo: Civilização brasileira, 1980. v. 6. (Livro 3)

SMITH, John. **David Harvey niega el imperialismo**. Boletín CLACSO, n. 14, p. 12-16, 2017.

SCHWENDLER, F. Sônia. **O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra**: o desafio de transformar práticas e relações sociais. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 55, p. 87-109, jan./mar. 2015. Editora UFPR. <https://www.scielo.br/j/er/a/mXSbwB3px9z8vC-jSRy36n4M/?lang=pt>

Esta obra atende às normas do novo Acordo Ortográfico
da Língua Portuguesa, em vigor desde janeiro de 2009.

Título original: Questão agrária e a luta das mulheres

Elaboração: Coletivo Nacional de Gênero:
Adriana Muller
Cíntia Souto
Débora Varoli
Denilva Pinto
Edleuza Cassemiro
Esti Redondo
Flávia Vargas
Gabriela Amorim
Gilvanir de Souza
Humberto Palmeira
Isabel Ramalho
Jeieli Laís
Jozelita Tavares
Juscimara Almeida
Leila Santana
Leile Teixeira
Letícia Chimini
Marina Freire
Marinei dos Santos
Roseli Souza
Sônia Costa
Thais Moura
Viviane Chiarello

Realização: MPA BRASIL
ANAC

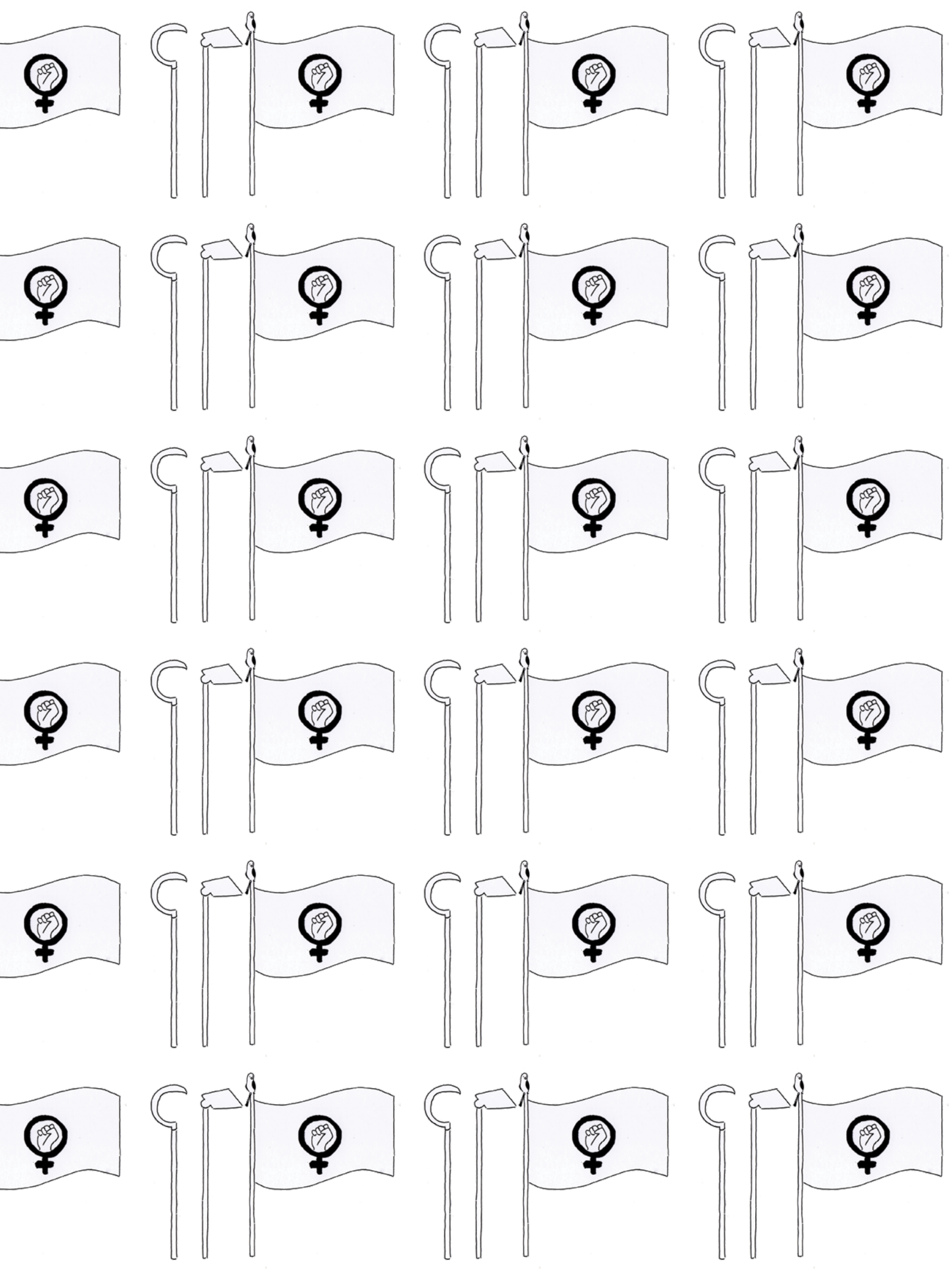
Apoio: Bizilur
Diputación Foral de Bizkaia
Gobierno Vasco

Design gráfico: Gabriela Ferreira (*Instagram: @gabiiferreira*)
Ilustrações: Thais Pereira Carvalho (*Instagram: @artistadesconhecida*)

Fontes: Whitney e Room 205

MPA Brasil

mpabrasil.org.br · YouTube: @mpabrasil · Twitter: @mpabrasil · Facebook: fb.com/mpacampesinato · Instagram: @mpa.brasil



A Formação e a discussão na base camponesa do MPA aparece como um elemento fundamental para pensar a relação do nosso cotidiano com a construção estratégica da nossa organização. Fruto desse objetivo, o Coletivo Nacional de Gênero tem publicado seis cartilhas de formação em Feminismo Camponês e Popular.

Aqui estamos com a sexta cartilha intitulada **Questão Agrária e a Luta das Mulheres**. Nesta cartilha analisamos a terra como estrutura da acumulação do capital, e também como estrutura de reprodução da vida. Falamos assim das mulheres na luta pela terra no Brasil.

Bom estudo!

